

Sarney dá força a porta-voz e

Arquivo

JORNAL DO BRASIL

demite diretor do Incra

Brasília — "Este jogo não pode terminar empatado." Assim um assessor do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, avaliava na manhã de ontem a guerra que vem sendo travada através da imprensa entre o Incra e o porta-voz da presidência da República, Fernando César Mesquita, há uma semana. No início da noite, de fato, o placar apontava três a zero em favor de Fernando César. "Antorizado" pelo presidente Sarney, o porta-voz decidiu processar dois diretores do Incra que o criticaram pelos jornais. Além disso, Sarney mandou demitir o diretor regional do Incra em São Paulo, José Eli da Veiga.

Dante de Oliveira preferiu o silêncio diante das três notícias. O ministro passou o dia reunido com o presidente do Incra, Rubens Ilgenfritz, e mais seis diretores da autarquia que o colocaram diante de um problema: Há uma semana o porta-voz Fernando César vem atacando o Incra sem que o ministro sobre o assunto. Dante pediu uma audiência com o presidente Sarney, para a qual deixou sua residência às 18h. Uma hora depois, ele voltou. Sem dar entrevistas, mandou seu assessor de imprensa, Luiz Salgado, dizer aos repórteres que "o assunto Fernando César é um problema do presidente da República".

Problema do ministro

Meia hora depois, os diretores do Incra deixavam a casa do ministro. O presidente Ruben Ilgenfritz devolveu a bola: "Nós discutimos com o ministro o problema do Fernando César e ficou claro que este é um problema dele, extrapolou a nossa alçada". Ninguém revelou o que Dante ouviu do presidente Sarney, mas os diretores falavam no mesmo tom sobre Fernando César. "Não retiro uma linha do que disse sobre ele", disse o diretor de assuntos fundiários, Edegard Nogueira Borges, um dos processados pelo porta-voz. "Não aceito provocações desse moleque", emendou o diretor financeiro, Luis Marcos Gomes. "Me senti ofendido e vou tomar medidas judiciais contra ele".

No Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita informava que, além do processo contra o diretor-regional do Incra em Minas, Jafete Abrão, que o acusou de corrupção, processará também Edegard Borges, que o chamou de mentiroso. Logo após a audiência de Dante de Oliveira, Fernando César falou com o presidente José Sarney e voltou dizendo que estava autorizado pelo presidente a mover os processos. "Eu me senti ofendido pessoalmente, não como porta-voz, e o presidente me disse que eu tenho que processar mesmo", disse Fernando César.

O porta-voz da presidência da República vai conversar hoje com o presidente José Sarney sobre a guerra aberta que vem travando com a diretoria do Incra. Mesquita vai a Sarney disposto a colocar seu cargo à disposição, desde que isto seja necessário para a permanência de Dante de Oliveira no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que discutiu o problema com o presidente.

Quebra-Galho

Acusações mútuas de corrupção e tráfico de influência estão sendo trocadas entre Fernando César e diretores do Incra desde que o JORNAL DO BRASIL revelou que o porta-voz da presidência utilizou sua influência em favor do fazendeiro Elano de Paula, que precisava de um nada-consta do Incra para obter incentivos fiscais via Sudene.



Veiga ia pedir demissão. Foi demitido

O Incra jamais forneceu o documento porque, segundo seu presidente, havia informações de que o proprietário da Fazenda Quebra-Galho, no Maranhão (Elano de Paula), não resolvendo conflitos com nove famílias de posseiros na área. No último dia 27, depois de ser acusado de antro de corrupção e incompetência por Fernando César, o Incra recebeu um comunicado de seu superintendente regional no Maranhão, Francisco de Assis e Souza, confirmado a existência do conflito.

Durante uma semana, o ministro Dante de Oliveira procurou manter-se afastado do conflito, mas ontem ele foi colocado contra a parede pelos diretores do Incra. O ministro, segundo um desses diretores, não queria entrar nesse bate-bola, mas ontem foi forçado a colocar o problema para o presidente Sarney.

Processo será por calúnia e difamação

Brasília — O porta-voz da Presidência da República, Fernando Cesar Mesquita, entrou ontem com pedido junto à Procuradoria-Geral da República para que inicie ação penal contra o superintendente regional do Incra em Minas Gerais, Jafete Abrão. O superintendente será processado por calúnia, injúria e difamação, por ter acusado o porta-voz de tentativa de uso ilegal de verbas do Incra, em matéria publicada pelo JORNAL DO BRASIL no dia 10.

Arquivo



Mesquita sentiu-se ofendido por Jafete

O superintendente — que de maio de 85 a junho de 86 foi diretor administrativo e financeiro do Incra — disse que Fernando César Mesquita tentou usar indevidamente Cz\$ 20 bilhões do Instituto em campanha publicitária, no final do ano passado. Segundo Abrão o porta-voz queria repassar a verba para três empresas de publicidade sem concorrência pública, o que é ilegal.

Em seu pedido à procuradoria, Mesquita alega que o conteúdo da entrevista é altamente ofensivo a sua honra. De acordo com ele, o superintendente descreve fatos ofensivos, o que se enquadra na descrição legal do crime de calúnia. O processo por injúria é justificado pelo porta-voz por entender que Abrão ofendeu a sua dignidade e decoro, razões para a ação, de acordo com o Artigo 22 da Lei 5.250. O crime de difamação, no ponto de vista de Mesquita, teria sido cometido porque Abrão imputou a ele "fato delituoso".

Fernando César Mesquita enviou também carta ao jornal o *Estado de S. Paulo*, defendendo-se de críticas feitas em editorial no dia 11, explicando porque intercedeu em favor do pecuarista Elano Vieira de Oliveira Paulo, do Maranhão, que requeria aval do Incra para iniciar projetos rurais usando incentivos fiscais.

O projeto dependia de uma certidão do Incra atestando que não havia posseiros na fazenda de Elano Vieira, devido aos conflitos de terra na região. A delegacia do Incra no Maranhão, segundo Mesquita, enviou telex à presidência, em Brasília, esclarecendo que não havia tensões na fazenda, enquanto o presidente do instituto afirmava existir conflitos envolvendo posseiros. O porta-voz, então, solicitou ao Serviço Nacional de Informações (SNI) que investigasse a situação, atendendo a pedidos do proprietário da fazenda.

Em sua defesa, Fernando César Mesquita garante que ação mecanismos em benefício de um cidadão que tinha seus direitos negados. Segundo ele, por ordem do presidente Sarney, qualquer pessoa que procure a Presidência recebe atendimento para assegurar a "regularização, normalização ou agilização de casos, processos e pleitos".